

Um sopro de racionalidade

MAR 1993
O GLOBO
JOSÉ SARNEY

Poucas vezes foram atribuídas a um parlamento uma soma tão grande de responsabilidades, em prazo tão estreito, como aquelas que estão e foram entregues ao Congresso Brasileiro.

Começemos por lembrar que coube ao Congresso, depois da redemocratização, proceder à modificação de toda a legislação autoritária. Depois, a reforma de dispositivos constitucionais que colidiam com a ordem democrática. Convocar a Assembleia Nacional Constituinte. Instalá-la e colocá-la em andamento para fazer a nova Constituição, a de 88. Podemos fazer muitas críticas a ela, mas é impossível não reconhecer o esforço hercúleo de elaborá-la. Foram 18 meses de grande trabalho, com a dificuldade adicional da metodologia adotada de elaboração de um texto sem partir de um anteprojeto. Depois, as leis complementares, muitas delas ainda em processo de elaboração. Somem-se as tarefas de enfrentar o chamado Plano Collor, no qual o Congresso teve uma ação patriótica, aprovando-o, com a convicção de que seria "um só tiro na inflação", para conjurar a difícil situação nacional. Depois, nenhuma iniciativa importante do Governo foi negada pelo Congresso, que sofreu o desgaste de apoiar o confisco iníquo e inútil.

Em meio a essas dificuldades e tarefas legislativas, surge o processo de apuração de corrupção no Governo Collor, fato que dominou a vida política e paralisou, por motivos óbvios, o andamento normal da vida legislativa.

Segue-se o processo de impeachment, feito com isenção, patriotismo e capacidade, de maneira impecável. E, depois, o afastamento pela Câmara dos Deputados, o julgamento pelo Senado, com o desfecho da saída do presidente.

Após esses grandes eventos, a necessidade de conviver com o furacão

político, de modo a não perturbar o dia-a-dia do Congresso, envolvido na aprovação de lei de diretrizes orçamentárias, outros projetos, de grande importância, em pauta para discussão e votação, lei dos portos, dívida externa, normas fundiárias, organização administrativa, reforma da legislação partidária e eleitoral etc. Concomitantemente, as eleições municipais, em todo o país. Somem-se estes fatos, eventos, ações, decisões, articulações, e teremos uma visão da agenda difícil e rica do Congresso e dos políticos, nestes tempos.

Neste momento, o Congresso conclui a reforma da Constituição, para possibilitar ao Governo enfrentar a crise do Tesouro, envolvido e esmagado num déficit público que alimenta a inflação, sem fontes para financiá-lo. E mais: a votação do Orçamento, do IPMF, a natural acomodação da formação do Governo, composto de forças heterogêneas, com repercussões na sua área de sustentação.

Vamos, em abril, entrar no plebiscito e, depois deste, as novas leis de adaptação do regime decidido pelo povo e, finalmente, a reforma da Constituição de 88, em outubro, com a sucessão presidencial na rua e, como é próprio do processo, uma série de convites à ambição, à demagogia, à desestabilização e à corrida pelo poder.

Só esse elenco de tarefas mostra a responsabilidade do Congresso de dar ao país uma nova configuração política, sem esquecer que tudo isso tem de ser feito em meio à crise econômica, legislativa, política, administrativa e moral que assola o Brasil, dentro de curto prazo.

Lembremos que os membros da Convenção de Filadélfia, os Founding Fathers, responsáveis pela Independência e pela estruturação política dos Estados Unidos, que fizeram essa obra monumental que são as instituições políticas americanas, tiveram mais tempo.

O grande desafio dos legisladores brasileiros é o de modernizar o país

na área política. Não basta modernizar a área econômica, se não modernizarmos o sistema político, todo ele envolto nas idéias e rotinas do século XIX. A crise brasileira é política e, na política, temos de encontrar soluções.

Sou daqueles que julgam que algumas etapas foram ultrapassadas. Há uma decisão irreversível pela democracia, pela economia de mercado. Há uma reação purificadora contra o populismo e o militarismo dos anos sessenta. Há a certeza de que o mundo mudou e que o Brasil tem de compreender a necessidade de abrir sua economia para participarmos dos mercados mundiais, a começar pelos mercados do continente, promovendo a integração latino-americana. Os que pensam diferente são fósseis isolados, de mentalidade decrepita e bolorenta. Há a noção de que o Estado não pode ser um dinossauro, mas que o mercado não constrói escolas, hospitais, estradas e ninguém o substitui na missão de ser o harmonizador dos conflitos sociais, evitando que as injustiças tornem a sociedade um vulcão ou uma coisa podre e impossível de ser a hospedeira da convivência.

Esses os desafios e as etapas do Brasil e do Congresso. Agora é a hora de pôr a mão na massa, na certeza de que "quem não pode com o pote não pega na rodilha", no velho brocardo popular. O Congresso e a classe política, no todo, não podem falar ao Brasil, neste momento. Pegar na rodilha e carregar o pote, eis a palavra de ordem.

Dom Pedro II, quando do Gabinete presidido pelo visconde do Rio Branco, disse que existia um vento novo na política. Agora, eu vejo, nesta agenda rica, nessas decisões que tomamos e que temos de tomar, no enterro de idéias e confrontações retrógradas, um sopro de racionalidade na política brasileira. Ainda não é tudo, mas é um bom caminho.

José Sarney é membro de Academia Brasileira de Letras e senador pelo Amapá.